DO NOVO VALOR CONTRATUAL

Com o efeito da repactuação, o valor unitário (empregado) do contrato original passará de R\$ 3.149,50 (três mil cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) para R\$ 3.359,07 (Três mil trezentos e cinquenta e nove reais e sete centavos).

Fica reconhecido, para importe, o valor acumulado entre janeiro a maio de 2025 é de R\$ 38.717,28 (trinta e oito mil e setecentos e dezessete reais e vinte e oito centavos).

A partir da assinatura do presente Termo de Apostilamento, os novos valores deverão ser considerados.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original e de seus aditivos, não conflitantes com o presente instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 19 de junho de 2025.

ASSINAM: Carlos Armando de Souza Alves – Prefeito, e, Gesiel Moreira Lopes – Secretário Municipal de Administração (pela contratante) Marcos Roberto da Silva Miranda (pela contratada).

ESTADO DO ACRE**PREFEITURA DE BRASILEIA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 01/SEME/2025**

Institui a Política da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Pública de Educação do Município de Brasileira – Acre e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação do município de Brasileira, Acre, no uso de suas atribuições legais, considerando:

– A Constituição Federal;

– A Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e;

– A Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa Escola em Tempo Integral, atendendo a progressiva ampliação do período de permanência do aluno na escola pública municipal.

Art. 2º Realizar ações que promovam a formação integral do aluno, a fim de implementar:

I. As atividades complementares de Práticas Corporais de Movimento; Arte; Cultura; Linguagem, Literatura e Comunicação; Sustentabilidade, Ciências da Natureza e Matemática Criativa;

II. A formação de hábitos e atitudes (física, cognitiva, emocional, afetiva, social e ética), e;

III. A orientação de estudos.

Art. 3º A Política de Educação em Tempo Integral aplicada ao Sistema Municipal de Ensino, tem como principais objetivos:

I – Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

II – Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa;

III – Adequar às condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;

IV – Ampliar os tempos pedagógicos, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições da rede pública municipal;

V – Prover as condições para redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação;

VI – Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;

VII – Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;

VIII – Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;

IX – Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

X – Prover adequação da infraestrutura física necessária para o funcionamento das escolas municipais com vistas à realização do modelo de educação em tempo integral, bem como prover os equipamentos e os recursos tecnológicos necessários para as proficiências pedagógicas e eficácia da gestão escolar;

Art. 4º – As escolas que vierem a oferecer educação em tempo integral deverão possuir um Plano Escolar Próprio, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização, devendo contemplar diretrizes como:

A finalidade e os objetivos da educação em tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidade de ensino oferecidos;

A fundamentação da concepção de proposta curricular para educação em tempo integral na escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular com os componentes curriculares e projetos da parte diversificada, os planos de estudo que contemplem a matriz curricular adotada e os planos de trabalho dos professores e demais profissionais;

A descrição da metodologia a ser utilizada pela escola;

Os critérios de organização da escola, como a especificação do regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle de frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferências, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação;

Art. 5º – A Escola de Tempo Integral terá apoio das seguintes funções e equipes de profissionais;

Equipe de gestão pedagógica e administrativa;

Coordenadores pedagógicos;

Professores das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares da base comum e parte diversificada;

Professores e monitores e auxiliar de sala de atividades formativas;

Profissionais de apoio multifuncional e atendimento a educação inclusiva;

Apoio pedagógico itinerante para alfabetização.

§ 1º – Os corpos docentes e demais profissionais que atuarão na Educação de Tempo Integral contribuirão para o desenvolvimento do currículo e participarão de Programa de Formação Continuada Específica.

§ 2º – Os profissionais monitores, auxiliar de sala e de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo dentro e fora da escola, sob a orientação das políticas de educação desenvolvidas pela Secretaria da Educação e projetos elaborados no interior da própria instituição de ensino.

Art. 6º – A gestão desenvolvida será pautada na colegialidade de natureza participativa, cooperativa e transparente, adotando procedimentos que garantam a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões pedagógicas e administrativas, de forma a contribuir com a autonomia da escola, assegurando o pluralismo de ideias e decisões que viabilizem a qualidade social da educação escolar.

Art. 7º – O currículo das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Tempo Integral será regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e contemplará atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, nos diferentes tipos de linguagens, cultura e lazer, tecnologias, multiculturalismo, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, educação financeira, estudo do lugar, entre outras, articuladas às áreas do conhecimento e aos componentes curriculares que venham a contribuir para o desenvolvimento do estudante.

Parágrafo único. A operacionalização do currículo ocorrerá de forma integralizada e diversificada, através de matriz flexível, composta da Base Curricular Comum e Parte Diversificada, respeitando a realidade local e se desenvolverá com a participação dos estudantes, equipes de gestão e de todos os membros da comunidade escolar.

Art. 8º – A matriz curricular da Educação Infantil e creches devem ser estruturadas pelos Campos de Experiências, Direitos de Aprendizagens e as Experiências Pedagógicas, considerando os Eixos centrais, as brincadeiras e as interações.

Art. 9º – A Escola em Tempo Integral será implantada gradativamente nas escolas de Ensino Fundamental da Rede de Ensino Municipal bem como nas Creches e Escolas de Educação Infantil.

Art. 10º – As Atividades Formativas que, em algum momento, poderão ser configuradas como disciplinas complementares, serão desenvolvidas por Professores ou Agentes (oficineiros) da Educação Integral, com vistas à formação integral dos estudantes, que conseqüentemente, caracterizarão a identidade da Escola em Tempo Integral.

Art. 11º – As Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Creches que implantarem o regime de Tempo Integral oferecerão uma carga horária semanal correspondente no mínimo a 35 (trinta e cinco) horas/aulas e no máximo 45 (quarente e cinco) horas/aula.

Parágrafo Único. A jornada escolar em Tempo Integral poderá funcionar em dois turnos manhã e tarde ou em formato de horários corridos, de forma a atingir obrigatoriamente, no mínimo, 7 horas diárias.

Art. 12º – O tempo reservado para o intervalo de almoço será considerado como momento de convivência educativa, não sendo computada na carga horária do efetivo trabalho pedagógico e deverá ser acompanhada por um profissional da escola.

Art. 13º – De acordo com o Parecer nº 13/2009, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, referente às Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, deve receber atendimento educacional especializado fora do horário das atividades regulares.

Art. 14º – O período letivo para as Escolas em Tempo Integral será de acordo com o disposto no artigo 24, inciso I e artigo 31, inciso II da LDBEN 9.394/96, e calendário escolar disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15º – O público-alvo para a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar serão os estudantes matriculados nas escolas e creches do Sistema Municipal de Ensino, a serem atendidos gradualmente.

Art. 16º – Para a consecução da Política Municipal de Educação em Tempo Integral a Secretaria Municipal de Educação, poderá celebrar convênios, parcerias, contratação de serviços e de acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, firmar termos de cooperação com organismos nacionais, internacionais e congêneres.

Art. 17º – As Escolas Municipais de Tempo Integral e Creches terão as metas e resultados a serem alcançados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação e Secretaria Municipal de Educação, a partir dos dados apresentados pelas avaliações internas e externas.

Art. 18º – Os professores e profissionais lotados nas escolas com regime de Tempo Integral será dedicação exclusiva.

Art. 19º – O professor regente de sala de aula em um contexto de Educação Integral deve atuar como um mediador entre as atividades curriculares e as oficinas oferecidas, garantindo uma abordagem que favoreça o desenvolvimento pleno dos alunos.

Parágrafo Único: O professor regente deve buscar integrar os conteúdos da sala de aula com as atividades das oficinas, planejando – as para que se complementem e estar atento às necessidades individuais de cada aluno durante as oficinas, ofertando um suporte e orientação necessários, ajudando a identificar alunos que possam precisar de atenção especial.

Art. 20º – Ficam criadas as funções de Monitores Educacionais que irão acompanhar as crianças nas atividades pedagógicas da escola e em sala de aula, durante o horário do lanche e almoço e de Agentes (Oficineiro) da Educação em Tempo Integral que estarão envolvidos nas Atividades Formativas tais como: oficinas de esportes; de natação; de cultura afro-indígena e cultura local; de projetos de vida; de multiletramento; de tecnologia da informação e da comunicação; de artes; de língua estrangeira; entre outras atividades, desde que não haja professores do quadro efetivo municipal capacitado.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Educação poderá contratar Agente (Oficineiro) da Educação em Tempo Integral, mediante processo seletivo simplificado, para realização das Atividades Formativas Complementares supracitadas e/ou contratação direta não havendo quadro de reservas.

§ 2º – Os Agentes (Oficineiro) da Educação em Tempo Integral receberão uma ajuda de custo no valor de um salário-mínimo.

Art. 21º – Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, junto ao Conselho Municipal de Educação, a gestão administrativa da escola e pedagógica da Rede de Tempo Integral.

Art. 22º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, Acre, 23 de maio de 2025.

Raiza Dias dos Santos

Secretária Municipal de Educação

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILEIA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

ASSUNTO: Aprova a Política Municipal da Educação Integral da Rede Municipal de Educação de Brasileia.

COMISSÕES: Comissão da Educação Infantil e Comissão do Ensino Fundamental PARECER: 01 /2025 APROVADO EM: 26/06/2025

Relatorias: Merejulia dos Santos Lopes Ferreira e Sônia Aparecida Pertesen Oliveira

I – RELATÓRIO E ANÁLISE DA MATÉRIA

a) Histórico

A Secretaria de Município da Educação de Brasileia encaminhou ao Conselho Municipal de Educação de Brasileia, em 20 de maio de 2025, PMB/SEME/OF. EXP. nº 724/2025 solicitando a apreciação e aprovação da Resolução SEME nº 01/2025 sobre a “Política de Educação em Tempo Integral da Educação Integral da Rede de Ensino Municipal de Brasileia”.

O presente envio é parte do Processo de Termo de Adesão do ente federado ao Ciclo 2 (2024/2025) e implementação do Programa Escola em Tempo Integral, do Governo Federal, com base na Lei Federal nº 14.640/2023 e suas regulamentações.

A Rede de Ensino Municipal de Brasileia vem ofertando a Educação em Tempo Integral nas Escolas de Educação Infantil/Creche e Ensino Fundamental nos anos iniciais, ampliando progressivamente a oferta para todas as unidades escolares, garantindo o acesso e a permanência, em conformidade com a Meta 6 (seis) do Plano Municipal de Educação.

De acordo com a Resolução SEME nº 01 /2025, a Política Municipal de Educação Integral constitui-se como política promotora da formação do aluno nas dimensões: físicas, intelectual, afetiva, cultural e social, visando a sua participação de forma autônoma e crítica, consigo mesmo e com o mundo, exercendo o protagonismo, dentro ou fora da escola e com o envolvimento da comunidade.

A educação em tempo integral na rede municipal proporcionará aos alunos o auxílio no desenvolvimento e na aprendizagem oportunizando o acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades complementares em conformidade com o projeto político pedagógico e o currículo da rede de ensino municipal. Integrará também à educação integral o atendimento especializado aos educandos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais, culturais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

b) Apreciação

Com vistas a atender a exequibilidade da META 6 do PME (Plano Municipal de Educação) aprovado pela Lei Municipal nº 00962 de 26 de junho de 2015, que discorre sobre a ampliação de oferta de educação de tempo integral em 50% das escolas públicas. O município tem engendrado esforços na direção do cumprimento do objetivo proposto, como deferido pela Resolução SEME nº 01/2025, que discorre sobre a Política Municipal de Educação Integral que objetiva atender alunos da educação básica matriculados na REM. (Rede Municipal de Ensino) Considerando o artigo 3º da referida lei, são discorridos os seguintes objetivos:

I – Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

II – Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa;

III – Adequar às condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;

IV – Ampliar os tempos pedagógicos, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições da rede pública municipal;

V – Prover as condições para redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação;

VI – Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;

VII – Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;

VIII – Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;